



Covilhã, Outubro/06

Ex.º/a Senhor/a

Os nossos cumprimentos

Acredite que só uma enorme preocupação quanto ao nosso futuro colectivo nos levaria a tomar algum do seu precioso tempo.

Vivemos num tempo de enormes dificuldades para todos e também para os que, como será o seu caso, dependem do poder de compra da maioria da população. Quando o desemprego é elevado e quando a maioria dos trabalhadores da nossa região auferem salários iguais ou muito próximos do salário mínimo nacional é toda a estrutura económica que sofre e são outras camadas da população que são igualmente atingidas.

Por isso, queremos dizer-lhe que não nos passam despercebidas as notícias sobre o definhamento da actividade comercial em geral e do comércio tradicional em particular; Que não somos insensíveis à "morte lenta" das chamadas zonas históricas das cidades e que também não nos deixamos deslumbrar com o aparecimento indiscriminado e desordenado das grandes superfícies comerciais. Sabemos bem quem ganha com isso e sabemos ainda melhor quantas ilusões e sonhos se desfazem e, quantos são "triturados" por essa máquina infernal que manda, desmanda, impõe e destrói mais do que cria.

Somos de opinião que as políticas económicas, sociais e laborais estão erradas, são injustas e são imorais. Elas apenas têm servido e servem os grandes senhores do capital financeiro e especulativo, estão a destruir os micro, pequenos e médios empresários comerciais, industriais e agrícolas e estão a produzir uma sociedade injusta que aprofunda as desigualdades sociais e que lança na exclusão os sectores mais fragilizados da população.

Depois disto alguns dirão: Aí estão de novo os profetas da desgraça. Mas nós não nos limitamos a constatar os erros também procuramos e apontamos soluções.

Todos dizem, e nós também, que uma matriz de desenvolvimento baseada nos baixos salários e na degradação das condições de vida dos trabalhadores condenará o nosso país e a nossa região à desertificação e ao subdesenvolvimento estrutural. É por isso, e para bem da actividade industrial e comercial, que propomos a valorização dos salários e desde logo do salário mínimo nacional e uma política de impostos mais justa.

Nós sempre considerámos que o combate ao défice orçamental e o aumento da produtividade são indissociáveis de uma política de dinamização do investimento público e privado com o consequente combate ao desperdício e ao consumo supérfluo e o aumento do consumo por parte das camadas mais desfavorecidas da população.

O Distrito precisa urgentemente de políticas e investimentos que potenciem o aproveitamento dos seus recursos e abram perspectivas de criação de empregos, que dinamizem as cidades e o mundo rural, que fixem a população e sejam motivadores e compensadores para os trabalhadores e, em especial, para a nossa juventude.

Os problemas da nossa região não se resolvem pela via do corte cego, imoral e injusto dos direitos sociais das pessoas. Os problemas resolvem-se pela afirmação e reforço dos direitos e também dos deveres o que implica uma cultura de exigência, de rigor e de responsabilidade individual e colectiva.

Estas ideias, necessariamente genéricas, para serem concretizadas precisam de um corte com as políticas que têm vindo a ser implementadas pelos sucessivos governos e necessitam do contributo, do empenho e da participação de todas as pessoas e entidades que estão a sofrer as consequências negativas de um neo-liberalismo cego que transforma as pessoas em peças descartáveis.

Perdoe se estivermos a ser inconvenientes ou pretensiosos, mas, estamos convictos que, neste momento, não deixará de compreender as nossas posições. Por isso lhe pedimos compreensão para as lutas que inevitavelmente estamos e iremos travar, nomeadamente para o Protesto Geral que levaremos a efeito no dia 12 de Outubro.

Há momentos na nossa vida em que temos de deixar de lado as divergências para nos concentrarmos na defesa da nossa região abandonada, esquecida e marginalizada. É este o nosso desafio colectivo.

Obrigado pela sua atenção.

Renovamos os nossos muito sinceros cumprimentos

Pela Direcção da USCB/CGTP-IN

Luís Pereira Garra
(Coordenador da Direcção)



União dos Sindicatos de Castelo Branco

SEDE: R. Azedo Gneco, 24 • 6200 COVILHÃ • Tels.: Geral 275 335 846 - Seguros e Formação 275 336 314 • Fax 275 313 994 • Email: uscb.cgtp@mail.telepac.pt
DELEGAÇÃO: Av. General Humberto Delgado, 77 - 2º Esq. Fr. • 6000 CASTELO BRANCO • Tel. 272 343 434 • Fax 272 343 452 • Email: uscb.delegacao@oninet.pt